Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 117, nº 1-12, janeiro-dezembro/1999, pp. 5-11

REVISITAR GILBERTO FREYRE

Adriano Moreira

Foi bem lembrado pela Universidade da Beira Interior, à qual pertence a iniciativa deste Colóquio sobre - O Lusotropicalismo Revisitado, que o local dos trabalhos fosse a sede da veneranda Sociedade de Geografia de Lisboa em que nos encontramos. Em primeiro lugar porque a Sociedade de Geografia de Lisboa nasceu de uma iniciativa da sociedade civil, liderada por Luciano Cordeiro, no período em que o Ultimatum de 1890 acordou a consciência cívica para as responsabilidades coloniais secularmente assumidas pelo país, mobilizou as intervenções dos vários sectores da sociedade portuguesa, mas sobretudo, no que respeita ao património vivo que subsiste, apontou e praticou a necessidade das investigações científicas, afirmou a urgência da inventariação e conhecimento das múltiplas culturas envolvidas no processo então em curso de redefinição da presença das soberanias europeias nos trópicos, assumiu a especialização dos quadros que seriam responsáveis pelas administrações alienígenas a implantar, e ainda lançou o paradigma da "nação peregrina em terra alheia", como mais tarde eu próprio lhe chamaria quando, por meados do século, se tornou evidente e urgente identificar as fronteiras culturais que subsistiriam para além do destino das fronteiras políticas portuguesas ameaçadas.

Foi nessa linha que a Sociedade de Geografia, à qual então tinha a honra de presidir, organizou dois Congressos que reuniram, na década de sessenta, o primeiro em Lisboa e o segundo em Moçambique, os representantes de todas as comunidades de cultura portuguesa espalhadas pelo mundo, quer as que se tinham organizado nos territórios de emigração, designadamente nos EUA, quer as que mantinham os padrões e a lembrança de por elas terem passado a soberania e a missionação portuguesas, tal como em Malaca e Ceilão, quer as que se desenvolviam enquadradas nas fronteiras do império ainda subsistente, quer, finalmente as que tinham convergido para construir a independência e o

desenvolvimento sustentado do Brasil.

Dos referidos Congressos, cujas Actas publicadas merecem ser lidas sempre que estes temas são abordados, conviria recordar, neste lugar, a intervenção dos intelectuais participantes, escritores, poetas, jornalistas, e também a referência que pertenceu a Gilberto Freyre.

Talvez alguma crítica derivada de uma metodologia que coloca o conflito no centro das suas inquirições, e que parece assim empobrecer-se porque recusa o inventário das emergências que detinham o olhar gilbertiano, possa aproximar-se de uma avaliação mais realista do lusotropicalismo ao tomar em conta aquelas intervenções.

De facto, quando ali assumiu a liderança da análise cultural, mas não da prospectiva política que não abordava com igual interesse, era muito claro que alinhava por um lado o passivo e por outro lado o activo da intervenção colonizadora dos portugueses no mundo, com o objectivo principal de identificar o acervo das emergências inovadoras, as malhas de um tecido cultural que atravessa horizontalmente sociedades etnicamente diferenciadas, geograficamente separadas, com interdependências então já orientadas para centros diferenciados, mas globalmente dependentes de um mesmo poder político que sofreu os acidentes variados de uma muitas vezes secular jornada por mares nunca antes navegados, e então defrontava o desafio final à histórica multicontinalidade.

A teoria das emergências tinha no passado dois documentos de referência, ou pelo menos assim me tem parecido, que eram Os Lusíadas de Luís de Camões e O Soldado Prático de Diogo do Couto. Os Lusíadas, que enunciam o primeiro projecto euromundista do governo do mundo, e assim também o prévio reconhecimento do globalismo que agora requer a atenção de todas as disciplinas, fizeram o inventário do activo da intervenção do povo que é o verdadeiro herói da gesta, sem deixar de referir sementes de uma futura degenerescência; o segundo, mais se ocupa do passivo, dos defeitos das virtudes, do anúncio do capital de queixas que viria a dar suporte ideológico e ético à descolonização violenta deste nosso século a findar.

Quando os referidos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa se reuniram na década de sessenta, Gilberto Freyre era o único sociólogo que tentava

formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia. Embora este fenómeno mundializado fosse, visto do exterior, e da perspectiva dos povos e culturas subordinadas a tal acção, identificado como provindo de um unificado centro de poder - os Ocidentais, a Europa - o Euromundo politicamente produzido era uma soma de acções soberanas, múltiplas, que cada uma projectava no seu império a respectiva especificidade dentro do modelo grego, romano, e judaico-cristão.

Por isso, os primeiros e matriciais trabalhos de Gilberto Freyre, com expressão maior na Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos, se apoiam na observação da realidade brasileira, na emergência brasileira, e portanto na acção lusíada que estivera no princípio e permanecia no projecto de futuro do Brasil cada vez mais plural, mas lançado num processo progressivamente unificador dos Brasis que continha, a convergir na Brasília da civilização do futuro: Brasil, Brasis, Brasília.

Do alargamento da perspectiva à totalidade geográfica e humana do passado interventor dos portugueses, deu conta o ensaio teorizador de - O mundo que o português criou, ainda afastado de uma experiência directa do autor com as realidades da época que viviam as várias colónias portuguesas subsistentes, e as restantes comunidades que deixei referidas.

Da sua aproximação a essa realidade, mundo da teorização que já chamara a atenção crítica das escolas fora do Brasil de origem, deve salientar-se a viagem pelas terras, e gentes, e almas da África de meados do século, para a qual foi desafiado pelo Almirante Sarmento Rodrigues, e que viria a ficar documentada com o seu - Aventura e Rotina, que desencadeou a crítica resistente e conservadora.

Porque o texto vem alinhar o passivo que pôde identificar, dando assim equilíbrio à sua indagação das emergências, perspectiva esta que não corresponde a um optimismo milenarista, nem a um ensaio de justificação dos processos históricos de dominadores, nem ao esquecimento dos custos históricos das libertações, nem à ignorância dos conflitos de interesses entre grupos, nem à eliminação dos factores económicos a favor de uma inconsistente beatitude. Trata-se antes de um critério que parece antecipar a perspectiva que levou a UNESCO a organizar uma História da Humanidade, em busca do património comum do género humano, habitante da casa comum que é a terra.

Não teria qualquer fundamento admitir que a perspectiva gilbertiana está isenta de aperfeiçoamento crítico, e até eventualmente de abandono justificado pela formulação de um ponto de vista mais abrangente dos conhecimentos alargados que vamos obtendo.

Mas parece razoavelmente apoiada nos factos a iniciativa da Universidade da Beira Interior no sentido de revisitar o lusotropicalismo na data em que a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa tem uma fronteira limitadora e um conteúdo identificador.

Sem querer antecipar as conclusões de análises em curso sem plano unificador, talvez não seja ousado propor que, tal como se evidenciou nos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa referidos, se recorra ao conceito pessoano da língua portuguesa como traço dominante das solidariedades preservadas.

Partindo do facto matricial que foi a globalização política representada pela coroa portuguesa em relação a regiões e povos sem outro laço de interdependência, a evidência gilbertiana foi a de que a variável longamente comum se traduziu numa soberania unificadora - a vontade de D. João II que amarrava o marinheiro ao leme -, que se alongou na circulação dos quadros militares e administrativos pelas várias sedes de dominação colonial, pela implantação regionalizada de modelos de comportamentos públicos e privados apoiados pela soberania, pela implantação da língua como instrumento essencial de moldagem de sociedades da informação, do saber, e da sabedoria, que reproduziam o perfil matricial ainda quando não eram comunicantes.

Digamos que neste fim de ciclo que foi a retirada das soberanias europeias dos seu impérios, o conjunto das emergências resultantes da relação colonizadoras com cada uma dessas áreas se perfila dando carácter específico a cada uma delas: a da comunidade britânica, a da francofonia, a da hispanidade, a do lusotropicalismo, esta sendo uma antecipação da realidade plural em que a comunidade internacional se encontra, identificada e antecipada por Gilberto, para além das teorias do conflito, para além das identificações terceiromundistas, para além dos alinhamentos ideológicos e das confrontações armadas.

Tratou-se da percepção pioneira de que as áreas culturais viriam a ter um relevo e um desempenho de importância crescente a caminho do próximo século, a

percepção agora introduzida por Huntington na polemologia, quando vaticina que os principais conflitos previsíveis serão entre áreas culturais, designadamente identificadas pela variável da religião respectiva.

Sem desconhecer que alguns factos alarmantes da área do fundamentalismo muçulmano parecem abonar o pessimismo da previsão, ainda aqui deve sublinhar-se a diferença epistemológica em relação à teoria gilbertiana, esta alicerçada em conceitos e valores de sincretismo, de harmonização de emergências superadoras dos antagonismos e dos conflitos.

Quando a França procura definir e fortalecer a área da francofonia, englobadora de países que adoptaram o francês como língua oficial, ou que apenas reconhecem a presença de valores franceses no seu património cultural, desenhando um círculo mais vasto do que o do franco; quando a Inglaterra se preocupa em fortalecer a relação, que chama privilegiada, com os EUA e com os Domínios e outros membros da Comunidade Britânica, ainda quando a própria unidade política do Reino Unido está desafiada; quando a Espanha, adoptando o conceito estrutural de uma Nação de Nações, não descura fortalecer a referência da hispanidade como valor aglutinador de todos os países que foram do seu império e falam a língua, é evidentemente oportuno revisitar Gilberto e o lusotropicalismo, reconhecer o muito de antecipação do seu pensamento, procurar apoio na actualidade dos seus conceitos, designadamente servir a paz a partir da conclusão de que as emergências são um resultado superador e positivo dos custos, conflitos, amarguras, em que se traduz o passivo de todas as acções colonizadoras do passado, penhor das reconciliações exigidas para o acomodamento de todas as memórias, impostas pela mundialização das dependências e interdependências, base de um globalismo que finalmente evite a concretização dos pessimismos polemológicos.

Parece avisado que ao menos não tardem os esforços mobilizadores dentro de cada uma das áreas culturalmente identificadas, e infelizmente não faltam os apelos dos factos amargurantes no espaço lusotropical, designadamente em Timor, na Guiné, em Angola.

A lição teórica, a comparação histórica, a indagação sociológica da realidade actual, a prospectiva possível, tudo aponta no sentido de que a valorização das emergências dos sincretismos culturais, das miscegenações, das sociedades mistas, dos pluralismos harmonizadores, tudo apoia a redefinição de uma nova ordem

mundial em que as fronteiras se tornam transparentes, a mobilidade das migrações aumenta, as sociedades civis tendem para transnacionais, a ambicionada homogeneidade cultural do racionalismo clássico dá lugar cada vez mais frequente à contratação cívica do multiculturalismo. E também não faltam demonstrações, mesmo no corpo dilacerado de Europa que procura reencontrar-se, do passivo dessa problemática, passivo onde se inclui o renascimento do racismo, da discriminação das colónias interiores compostas pela mão de obra migrante e desamparada, do autoritarismo defensivo, da resposta frequentemente armada e responsável pelos crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Referindo-nos concretamente ao projecto da Universidade da Beira Interior, com o acento tónico posto na criação literária, na memorialística, na literatura de queixa e de combate, nos sonhos de esperança e de redenção, conviria sublinhar que, na complexa geografia do espaço da comunidade dos povos de língua portuguesa, esta, com todos os valores que transporta, é de facto, agora em sentido alargado, a Pátria de que falava Pessoa.

Como lembramos, o globalismo político iniciado pela expansão portuguesa e espanhola, desenvolveu-se longe das futuras revoluções científicas e técnicas que globalizam os mercados, os teatros estratégicos, a informação. Não foram uniformemente apertadas as malhas tecidas para além da comum gestão política e administrativa, bastando lembrar a distância a que o Brasil se manteve, desde o Tratado de 1825 que lhe reconheceu a independência, de todo o vasto espaço de soberania portuguesa. Verdadeiramente só regressou a tal espaço depois de 1960, na vaga descolonizadora da ONU, e ainda recentemente o seu Presidente da República declarou que a África do interesse brasileiro começa em Angola.

Pretendo sublinhar, ao apontar este facto, que as emergências inscritas no tecido comum de todos estes povos e territórios, são, em cada um deles, malhas de um muito diversificado tecido patrimonial, composto de contribuições étnicas e culturais sem homologia em cada um dos restantes.

O património complexo da brasilidade, onde somam as contribuições ameríndias, africanas, japonesas, alemãs, italianas, não têm a mesma composição do património angolano, ou do património moçambicano, ou do património timorense, este o único lugar do Pacífico onde concorrem as variáveis estruturais que deram identidade a cada um dos Estados de língua oficial portuguesa.

Daqui a real dispersão de solidariedades que atraem cada um dos países para grandes espaços intermediários do globalismo, a Brasil para o Mercosul, Angola para a África Austral, a Guiné para a área do franco, Moçambique para a Comunidade Britânica, Portugal para a União Europeia, para a NATO, para o Conselho da Europa. Prever que os conceitos estratégicos respectivos possam não ser harmonizáveis não exige grande análise, mas reconhecer que a solidariedade horizontal que a realidade lusotropical representa é um exemplo das contribuições para uma nova ordem mundial pacífica e cooperante não exige mais do que acolher a evidência.

E com ela aceitar também que a marcha não pode ser apressada, que as resistências não são invioláveis mas atrasam a progressão desejada, que mais uma vez é exigível reconhecer a prioridade do verbo. Isto é, dos que exercem o poder da palavra, e que a Universidade da Beira Interior convocou para esta reunião.